



LEI Nº 320/2024

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2025 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, aprovou e eu, Moises Aparecido de Souza, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1º. Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Catanduvas para o exercício financeiro de 2025, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II

Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias

Art. 2º. As diretrizes orçamentárias compreendem a seguinte estrutura:

- I -** Das Diretrizes Gerais;
- II -** Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III -** Das Receitas;
- IV -** Das Despesas;
- V -** Das Despesas com Pessoal;
- VI -** Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento;



- VII** - Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- VIII** - Das Metas Fiscais;
- IX** - Dos Riscos Fiscais;
- X** - Do Orçamento da Administração Direta;
- XI** - Dos Fundos Especiais;
- XII** - Do Orçamento do Fundo de Previdência do Município de Catanduvas;
- XIII** - Das Disposições Gerais e Finais.

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos previstos no plano plurianual;

II - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

III - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental; e

IV - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamental, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar em sua ação governamental, as metas a que se propõe atingir durante a sua execução.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

§ 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

Art. 4º. A proposta orçamentária discriminará a despesa por classificação institucional, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, das modalidades de aplicação e dos elementos da despesa conforme dispõem as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas Correntes; e

II - Despesas de Capital.

§ 2º - Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e

VI - amortização da dívida.



§ 3º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;

II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e

III - Aplicações Diretas.

Art. 5º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - os poderes e órgãos que integrarão a proposta orçamentária, de forma atender os princípios da unidade e universalidade;

II - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;

III - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõe a proposta orçamentária;

IV - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

V - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

VI - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme Artigo 212 da Constituição Federal;

VII - a demonstração da previsão dos recursos vinculados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em conformidade com a Emenda Constitucional n°. 53, de 19 de Dezembro de 2006;

VIII - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Emenda Constitucional n° 29/2000;



IX - a demonstração da previsão de gasto com pessoal conforme disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000;

X - a demonstração do orçamento de capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme artigo 12, § 2º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 6º. A proposta orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

I - Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária;

III - Tabelas explicativas da receita e despesas;

IV - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

V - Quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;

VI - Legislação da Receita;

VII - Anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

VIII - Quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei 4.320/64;

IX - Plano de aplicação dos fundos especiais;

X - Descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

Art. 7º. O Orçamento Geral do Município abrangerá a administração direta e indireta do Município, compreendendo os poderes legislativo, executivo, os fundos contábeis e o Fundo de Previdência do Município.

Art. 8º. Na elaboração da proposta orçamentária, as



receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período, não podendo ser superior a doze meses.

Art. 9º. O Poder Executivo explicitará no Projeto de Lei da proposta, o índice de inflação que poderá corrigir a previsão orçamentária.

CAPÍTULO III

Das Receitas

Art. 10. Na estimativa das receitas observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2022 e 2023, da previsão de 2024 e da projeção para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo Único - A concessão de benefícios fiscais de caráter não geral será considerada na previsão da receita orçamentária de forma assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

Art. 11. A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária contendo:

- I** - a margem para concessão de renúncia de receita;
- II** - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;
- III** - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita constante da previsão orçamentária.

Art. 12. No projeto de lei orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

Art. 13. O Poder Executivo aperfeiçoará a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.



CAPÍTULO IV

Das Despesas

Art. 14. A fixação da despesa será orçada segundo os preços e custos correntes, vigentes durante a sua elaboração, e seja compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei, em especial o estabelecido no Anexo das Metas Fiscais.

Art. 15. Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatório judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

Parágrafo único – A previsão orçamentária não conterà dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA – Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 16. A proposta orçamentária da administração direta conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em valor não inferior a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MOG nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Caso estes eventos não se concretizem até o dia 01 de outubro de 2025, os recursos da reserva de contingência poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares, podendo serem abertos através de ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

I – estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2025, 2026 e 2027 e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;



II – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o plano plurianual e com esta Lei.

Art. 18. As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do Artigo anterior, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa e acompanhado de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

§ 1º. Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

§ 2º. Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do Artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores.

Art. 19. A Administração Direta do Município é autorizada a promover as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

Da Despesa Com Pessoal

Art. 20. No exercício financeiro de 2025, as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Catanduvas, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000, assegurada a revisão geral anual, conforme dispõe o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º - O Município poderá conceder vantagens ou aumento de remuneração aos servidores e empregados públicos municipais, desde que observados os limites legais e autorizados por lei específica.

§ 2º - Para atender as demandas do serviço público, o Município poderá efetuar alterações no plano de cargos, empregos e funções e na estrutura de carreira dos servidores, desde que autorizado por lei específica, bem como realizar a contratação ou admissão de pessoal até o limite de vagas estipulado no respectivo plano.

Art. 21. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000, o percentual excedente deverá ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo



menos um terço no primeiro.

Parágrafo Único – Para o cumprimento dos limites estabelecidos no caput deste artigo, o Município de Catanduvas adotará as seguintes providências, pela ordem:

I – redução das horas-extras realizadas pelos servidores municipais;

II – redução em, pelo menos, quarenta por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, seja pela extinção de cargos e funções ou pela redução de valores a eles atribuídos;

III – exoneração dos servidores não estáveis;

IV – exoneração de servidor estável, desde que ato normativo especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Art. 22. No exercício de 2025, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa de pessoal houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto para o caso previsto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição Federal, somente poderá ocorrer para o atendimento de relevante interesse público decorrente de situação emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO VI

Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento

Art. 23. As disponibilidades de caixa do Município, incluindo a administração direta e indireta, serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais, podendo o Município operar com cooperativas de crédito na arrecadação de tributo, folha de pagamento, dentre outros serviços, tudo em conforme Lei Complementar 161, de 4 de janeiro de 2018.



Art. 24. O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público, salvo se destinado por Lei aos regimes de previdência social geral e próprio dos servidores públicos, conforme define o Artigo 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 25. Em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta LDO estão especificados no Relatório contido no Anexo IV desta Lei.

CAPÍTULO VII

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 26. Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de **2025** são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único – Os valores das prioridades e metas poderão sofrer alterações e a devida adequação quando da elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual, as quais, em havendo, por ato próprio, deverão ser procedidas sua adequação com o PPA e a LDO.

CAPÍTULO VIII

Das Metas Fiscais

Art. 27. Nos termos dos §§ 1º e 2º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II as Metas Fiscais em conformidade com os Demonstrativos de I a VIII da presente Lei, que compreenderá:

I – Demonstrativo I – Metas Anuais;

II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;



Líquido;

IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio

V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

VII - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

§ 1º - Os valores das metas fiscais devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de **2025** ao Legislativo Municipal.

§ 2º - Após a aprovação legislativa da previsão orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, mediante ato próprio do chefe do poder executivo, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

§ 3º - Fica ainda o Chefe do Poder Executivo autorizado, através de ato próprio, introduzir modificações nesta Lei no que diz respeito aos objetivos, ações e metas programadas para o exercício, nos casos de:

I – Adequação da programação do Plano Plurianual a alterações constantes da Lei Orçamentária Anual de cada exercício,

II – Alteração de indicadores de programas,

III – A inclusão, alteração ou exclusão de ações e metas respectivas nos casos em que tais alterações não envolvam aumento nos recursos orçamentários,

IV – Ajuste dos recursos financeiros alocados às ações para compatibilizar a programação com as alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais regularmente autorizados pelo legislativo



municipal.

Art. 28. O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2025 e no mês de fevereiro de 2026, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

Art. 29. Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio e nos montantes estabelecidos em Decreto do Executivo, a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

I – redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:

- a) as de pessoal e seus encargos patronais;
- b) ao pagamento dos serviços da dívida;
- c) as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);
- d) as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;
- e) das obras em andamento.

II – vedação de empenhos que se destinem a:

- a) início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;
- b) aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou doação;
- c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;
- d) abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;



e) demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

§ 1º. As hipóteses indicadas nas alíneas “a” e “d” do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

CAPÍTULO IX

Dos Riscos Fiscais

Art. 30. As possíveis despesas contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo III que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do Artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

CAPÍTULO X

Do Orçamento da Administração Direta

Art. 31. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

Art. 32. O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do Artigo 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 25.

Parágrafo único - Os repasses de recursos financeiros do Poder Executivo para o Poder Legislativo (Câmara Municipal), para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar n.º 101 e da Emenda Constitucional n.º 25.

Art. 33. O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar 70% (setenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, conforme estabelece a Lei n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 34. Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, em conformidade com as orientações aprovadas pela Resolução n.º 322, de 08 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde.

§ 1º - Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

§ 2º - As ações estratégicas de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS, financiados com recursos do Ministério da Saúde, compreendidos o SF - Saúde da Família e outros que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde, poderão ser executados através de entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, nos termos e condições estabelecidas pela Lei Federal n.º 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 35. A contratação de serviços de consultoria tem por finalidade a execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores dos Poderes Legislativo e Executivo ou para desempenho técnico de serviços necessários ao cumprimento de exigências legais que requerem certo grau de complexidade, publicando-se no órgão oficial do Município o extrato do contrato, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666 e suas alterações posteriores.

Art. 36. O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:



I - sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal dos órgãos da administração direta, na forma da legislação pertinente;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal da administração direta, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 37. O Poder Executivo é autorizado celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.

Art. 38. O Executivo Municipal poderá firmar termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação com entidades que realizem ações, projetos e programas em parceria com o Município, mediante concessão de recursos financeiros a título de subvenções sociais, que atuam nas áreas de educação, saúde, assistência social, desportiva e de lazer para atendimento de despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e nos artigos 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que atendam as seguintes exigências:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada;

II - possuam título de utilidade pública;

III - sejam cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social;

IV - atendam as exigências contidas em regulamento especial.

Art. 39. A transferência de recursos financeiros às entidades de caráter beneficentes, educacionais, comunitárias, assistenciais, culturais, esportivas e associativas, a título de contribuição ou auxílio, inclusive de repasse financeiro a título de anuidade, deverá cumprir com as seguintes exigências:

I - Tenham diretoria eleita e com plenos direitos



estatutários;

II – possuam título de utilidade pública;

III – não tenha finalidade lucrativa;

IV – atendam as exigências contidas em regulamento especial.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no artigo anterior, a concessão de recursos financeiros deverá ser autorizada por lei específica, bem como estar prevista dotação no orçamento anual ou através de créditos adicionais.

Art. 40. As autorizações para abertura de créditos suplementares na lei orçamentária anual serão estabelecidas no percentual de **25%** (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da despesa consignada para cada um dos Poderes Legislativo, Executivo e Fundo de Previdência, nos termos do art. 165, § 8º, da Constituição Federal, compreendendo o reforço de dotação ou a inclusão de fontes de recursos, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação.

Art. 41. Igualmente fica o Poder Executivo autorizado a incluir na lei orçamentária, não sendo computado para fins do limite de que trata o caput do artigo anterior, a abrir crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 43º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320/64 que seguem:

I – o superávit financeiro das fontes de recursos existente no final do exercício imediatamente anterior aquele a que se refere o orçamento.

II- o excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculada a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado não previsto na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

Art. 42. O Departamento Jurídico do Município encaminhará à Secretaria de Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2025, devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada;



- IV - data da autuação do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor do precatório a ser pago;
- VII - data do trânsito em julgado; e
- VIII - número da vara ou comarca de origem.

CAPÍTULO XI

Dos Fundos Especiais

Art. 43. Os Fundos Contábeis terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrarão a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e conterão planos de aplicação que explicitará:

- I - As fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;
- II - As aplicações, onde serão discriminadas:
 - a) os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;
 - b) os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;
- III - Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO XII

Do Orçamento do Fundo de Previdência do Município de Catanduvas

Art. 44. O orçamento do **Fundo de Previdência do Município de Catanduvas** conterà:

- I - As fontes dos recursos financeiros determinados na Lei de criação, classificadas nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;
- II - As aplicações, onde serão discriminadas:



Fundo;

a) As ações que serão desenvolvidas através do

b) Os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e despesas de Capital.

III – Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

Art. 45. A elaboração e execução do orçamento do **Fundo de Previdência do Município de Catanduvas** obedecerá as disposições das Leis Federais n.ºs. 4.320/64 e 9.717/98 e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO XIII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 46. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 47. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de **30 de setembro de 2024**, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pela Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 48. A proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo no prazo em que dispõe a Lei Orgânica Municipal, ou seja, até o dia **15 de outubro de 2024**, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

§ 1º - Caso o Projeto de Lei Orçamentário não for devolvido para sanção até o final da sessão legislativa, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar 1/12 (um doze avos) ao mês do Projeto de Lei Orçamentário encaminhado ao Poder Legislativo.

§ 2º - As emendas ao projeto de lei do orçamento



somente poderão ser aprovadas nos seguintes casos:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

II - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Art. 49. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

I - Estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Desdobrará em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no orçamento anual, e demais exigências estabelecidas no Artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - Determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD - Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas,
Estado do Paraná, em 15 de julho de 2024.


MOISÉS APARECIDO DE SOUZA
Prefeito

Fundamento Legal: 16 - Projeto de Lei - Em Elaboração

	Ação	2025	Total
0.001.000-INDENIZACÕES E CUSTAS JUDICIAIS			
0.002.000-ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO		215.000,00	215.000,00
0.003.000-AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA FUNDADA		1.949.398,00	1.949.398,00
0.005.000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
0.006.000-RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA		744.674,00	744.674,00
0.007.000-CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		440.000,00	440.000,00
1.002.000-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO MUNICIPAL		1.627.600,00	1.627.600,00
1.003.000-REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL		4.200.000,00	4.200.000,00
2.001.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS		10.000,00	10.000,00
2.002.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE		1.221.805,00	1.221.805,00
2.003.000-MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA		483.800,00	483.800,00
2.005.000-SISTEMA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO		340.100,00	340.100,00
2.006.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		103.780,00	103.780,00
2.007.000-ATIVIDADES FAZENDÁRIAS E FINANCEIRAS		2.275.180,00	2.275.180,00
2.009.000-PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR		1.055.400,00	1.055.400,00
2.010.000-MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		410.400,00	410.400,00
2.011.000-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		776.340,00	776.340,00
2.013.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		5.864.500,00	5.864.500,00
2.014.000-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		1.794.700,00	1.794.700,00
2.015.000-MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		2.174.630,00	2.174.630,00
2.016.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS		72.920,00	72.920,00
2.017.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS		37.590,00	37.590,00
2.018.000-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA		809.780,00	809.780,00
2.019.000-SERVIÇOS GERAIS DE URBANISMO		346.440,00	346.440,00
2.021.000-MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODoviÁRIOS		154.045,00	154.045,00
2.022.000-ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3.138.010,00	3.138.010,00
2.023.000-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS		3.249.175,00	3.249.175,00
2.025.000-ASSUNTOS COMUNITÁRIOS		1.158.280,00	1.158.280,00
2.027.000-AÇÕES DE EMPREGO E TRABALHO		564.400,00	564.400,00
2.028.000-ATIVIDADES DE FOMENTO AGRICOLÁRIO		13.500,00	13.500,00
2.030.000-ATIVIDADES DE FOMENTO INDUSTRIAIS		122.500,00	122.500,00
2.031.000-MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES		772.900,00	772.900,00
2.033.000-AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		15.700,00	15.700,00
2.034.000-CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE		40.000,00	40.000,00
2.036.000-AÇÕES EXTRAÍNICIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA		7.389.976,00	7.389.976,00
2.037.000-AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		1.369.000,00	1.369.000,00
2.038.000-AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		372.000,00	372.000,00
2.039.000-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE		414.600,00	414.600,00
2.040.000-ATIVIDADES DE APOIO AO IDOSO		39.900,00	39.900,00
2.041.000-PROGRAMA DE APOIO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA		104.700,00	104.700,00
2.042.000-AÇÕES E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		88.700,00	88.700,00
2.045.000-ATIVIDADES OPERACIONAIS DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA		23.440,00	23.440,00
2.046.000-AÇÕES DE COMBATE AO DEFICIT HABITACIONAL		734.818,00	734.818,00
2.048.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Gabinete		10.000,00	10.000,00
2.049.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente para o Gabinete		200.000,00	200.000,00
2.050.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Procuradoria Jurídica		5.000,00	5.000,00
2.051.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Controle Interno		5.000,00	5.000,00
2.052.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Administração		2.000,00	2.000,00
2.053.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Planejamento		92.300,00	92.300,00
2.054.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Merenda Escolar		15.000,00	15.000,00
2.055.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Cultura		5.000,00	5.000,00
		3.600,00	3.000,00
		5.000,00	5.000,00

Fundamento Legal: 16 - Projeto de Lei - Em Elaboração

2.066.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Urbanismo	5.000,00	5.000,00
2.057.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Rodoviário	30.000,00	30.000,00
2.068.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Trabalho	1.000,00	1.000,00
2.060.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Meio Ambiente	5.000,00	5.000,00
2.061.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente Fomento Agropecuario	20.000,00	20.000,00
2.063.000-Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Indústria	300.000,00	300.000,00
2.065.000-Manutenção das Atividades do Saneamento	30.000,00	30.000,00
2.067.000-ATIVIDADES VOLTADAS A POLITICA MUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS	5.000,00	5.000,00
2.073.000-PROTEÇÃO, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	1.071.342,00	1.071.342,00
2.074.000-CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARRAÇÔES INDUSTRIAIS	29.000,00	29.000,00
2.075.000-CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS, PARQUES E BOSQUES	20.000,00	20.000,00
2.076.000-REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	15.000,00	15.000,00
3.001.000-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	10.000,00	10.000,00
3.002.000-REQUILIBRAR O ENSINO FUNDAMENTAL	8.500,00	8.500,00
3.003.000-CONSTRUIR E REFORMAR ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	70.000,00	70.000,00
3.004.000-REQUILIBRAR A EDUCAÇÃO INFANTIL	242.000,00	242.000,00
3.005.000-CONSTRUIR E REFORMAR ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	30.000,00	30.000,00
3.006.000-URBANIZAÇÃO DE VAS PÚBLICAS	60.000,00	60.000,00
3.007.000-REQUILIBRAR A ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA	50.000,00	50.000,00
3.008.000-CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR A REDE FÍSICA DA SAÚDE	50.000,00	50.000,00
3.017.000-OBRAS DE RECAPAMENTO DE VAS URBANAS	10.000,00	10.000,00
3.030.000- ADEQUAÇÃO, READEQUAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS	150.000,00	150.000,00
3.054.000-Aquisição de Equipamento Agrícola	200.000,00	200.000,00
3.068.000-CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	12.841,00	12.841,00
3.064.000-AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E REFORMA DA INFRAESTRUTURA DO BARRAÇÔ RECICLAGEM	5.000,00	5.000,00
6.004.000-REFORMA, DA CASA DE PASSAGEM	5.000,00	5.000,00
6.024.000-MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR	236.100,00	236.100,00
6.025.000-AÇÕES DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	69.250,00	69.250,00
6.039.000-AÇÕES SUPLEMENTARES DE ATENDIMENTO INFANTO-JUVENIL	33.700,00	33.700,00
TOTAL DAILO	49.850.705,00	49.850.705,00

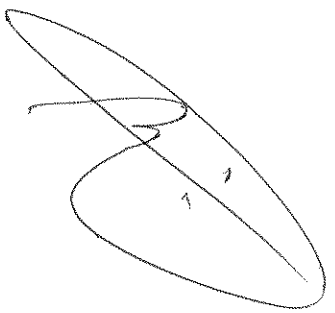
Município de Catanduvas - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2025

AMF - Anexo II - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2025		2026		2027		% PIB (c/PIB) X 100	% RCL (c/RCL) X 100
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	Valor Corrente (c)	Valor Constante		
Receita Total	49.850.708,00	48.076.676,53	54.835.777,00	51.002.357,68	60.319.354,00	54.108.078,50	9,386	113,405
Receitas Primárias (I)	43.874.699,00	42.255.443,15	48.196.136,00	44.828.975,84	53.015.749,00	47.554.791,08	8,258	99,674
Receitas Primárias Correntes	43.749.689,00	42.182.756,29	48.124.636,00	44.760.374,21	52.937.099,00	47.484.242,52	8,246	99,526
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.118.072,00	3.971.522,81	4.529.878,00	4.213.207,54	4.982.887,00	4.469.600,14	0,776	0,776
Transferências Correntes	38.579.597,00	37.208.670,85	42.437.557,00	39.470.863,36	46.881.312,00	41.872.841,21	7,271	87,794
Demais Receitas Primárias Correntes	1.052.000,00	1.074.589,24	1.157.200,00	1.076.303,31	1.272.920,00	1.141.801,18	0,198	2,393
Receitas Primárias de Capital	65.000,00	62.686,98	71.500,00	68.501,83	78.650,00	70.548,55	0,012	0,148
Despesa Total	49.850.708,00	48.076.676,53	54.835.777,00	51.002.357,68	60.319.354,00	54.108.078,50	9,386	113,405
Despesas Primárias (II)	42.898.432,00	41.313.947,34	47.122.275,00	43.828.095,53	51.834.503,00	46.495.220,90	8,074	97,453
Despesas Primárias Correntes	42.838.432,00	41.313.947,34	47.122.275,00	43.828.095,53	51.834.503,00	46.495.220,90	8,074	97,453
Pessoal e Encargos Sociais	22.098.292,00	21.311.883,50	24.308.121,00	22.808.808,69	26.738.933,00	23.984.653,55	4,165	50,271
Outras Despesas Correntes	19.028.469,00	18.351.334,75	20.931.349,00	19.468.095,59	23.024.484,00	20.652.818,32	3,588	43,288
Despesas Primárias de Capital	1.711.641,00	1.650.729,10	1.892.805,00	1.751.193,25	2.071.086,00	1.857.751,02	0,323	3,894
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	978.237,00	941.439,80	1.073.881,00	998.790,31	1.181.246,00	1.059.570,18	0,184	2,221
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	3.360.922,12	3.241.317,50	2.810.922,12	2.614.418,24	2.205.922,12	1.978.698,17	0,344	4,147
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	500.000,00	482.208,58	550.000,00	511.561,00	605.000,00	542.681,17	0,984	1,137

PIB Nominal 2025: 647.874.000,00 2026: 647.810.000,00 2027: 641.998.000,00
 Receita Corrente Líquida - RCL 2025: 43.858.106,00 2026: 48.358.917,00 2027: 53.188.808,00

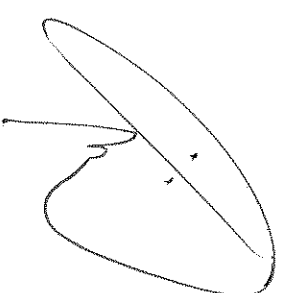
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.03.00 - Anexo e da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.



Município de Catanduvas - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2025

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variance (II-I)		%
							Valor (b-a)	(c/a) x 100	
Receita Total	38.966.752,00	5,854	100,141	60.596.693,80	8,102	72,811	21.619.931,80	56,48	
Receitas Primárias (I)	38.787.315,00	5,827	99,690	60.586.683,80	9,102	72,476	21.799.368,80	56,2	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	52.234.544,80	7,847	-	52.234.544,80	0	
Transferências Correntes	-	-	-	6.755.369,93	1,015	-	6.755.369,93	0	
Demais Receitas Primárias Correntes	-	-	-	44.083.996,95	6,623	-	44.083.996,95	0	
Receitas Primárias de Capital	-	-	-	670.349,51	0,101	-	670.349,51	0	
Despesa Total	38.966.752,00	5,854	100,141	8.352.139,00	1,255	-	8.352.139,00	0	
Despesas Primárias(II)	38.380.752,00	5,763	98,584	61.824.628,38	9,288	72,811	22.857.876,38	58,66	
Despesas Primárias Correntes	-	-	-	55.125.322,51	8,281	-	55.125.322,51	0	
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	48.576.535,52	7,289	-	48.576.535,52	0	
Outras Despesas Correntes	-	-	-	23.057.067,90	3,464	-	23.057.067,90	0	
Despesas Primárias de Capital	-	-	-	24.574.103,46	0,543	-	24.574.103,46	0	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	4.277.246,31	0,043	-	4.277.246,31	0	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (II) = (I - II)	426.563,00	0,064	1,086	3.216.904,84	0,483	-	3.216.904,84	0	
Dívida Pública Consolidada (DPC)	4.084.491,85	0,614	10,497	5.461.361,29	0,820	0,797	5.034.798,29	1180,32	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	3.880.922,12	0,580	-	3.880.922,12	-5,47	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	413.000,00	0,082	1,081	(11.560.007,61)	(1,737)	0,772	(11.560.007,61)	0	
				5.579.007,75	0,838	-	5.579.007,75	1250,85	
PIB Nominal	665.692.000,00			665.692.000,00					
Recorre Corrente Líquida - RCL	38.911.752,00			53.517.817,77					

NOTA: A elaboração dessa demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no Item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDP. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.



Município de Caladuanys - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

AMF - Anexo II - Demonstrativo 3 (LRF - art 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	2022		2023		2024		2025		2026		2027	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	37.647.753,00	3,5	38.966.752,00	3,62	41.445.426,00	6,36	49.850.706,00	20,28	54.835.777,00	10	60.319.354,00	10
Receitas Primárias (I)	37.432.366,00	0	38.787.315,00	0	41.251.939,00	6,35	43.814.669,00	6,21	48.196.136,00	10	53.015.749,00	10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	0	-	0	1,00	0	43.749.669,00	0	48.124.636,00	10	52.937.089,00	10
Transferências Correntes	-	0	-	0	1,00	0	4.118.072,00	0	4.529.879,00	10	4.982.867,00	10
Demais Receitas Primárias Correntes	-	0	-	0	1,00	0	38.579.597,00	0	42.437.557,00	10	46.661.312,00	10
Receitas Primárias de Capital	-	0	-	0	1,00	0	1.052.000,00	0	1.157.200,00	10	1.272.920,00	10
Despesa Total	37.647.753,00	3,5	38.966.752,00	3,56	41.445.426,00	6,36	49.850.706,00	20,28	54.835.777,00	10	60.319.354,00	10
Despesas Primárias (II)	37.041.753,00	0	38.380.752,00	0	40.786.392,00	6,32	42.838.432,00	5,03	47.122.275,00	10	51.834.503,00	10
Despesas Primárias Correntes	-	0	-	0	1,00	0	22.098.292,00	0	24.308.121,00	10	26.738.933,00	10
Pessoal e Encargos Sociais	-	0	-	0	1,00	0	19.028.499,00	0	20.931.349,00	10	23.024.484,00	10
Outras Despesas Correntes	-	0	-	0	1,00	0	1.771.641,00	0	1.882.805,00	10	2.071.086,00	10
Despesas Primárias de Capital	-	0	-	0	1,00	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Adm da Linha (III) = (I - II)	390.613,00	9,2	428.563,00	9,2	465.547,00	9,14	976.237,00	109,7	1.073.861,00	10	1.181.246,00	10
Divida Consolidada Líquida (DCL)	4.497.491,85	-9,18	4.084.491,85	-9,18	3.611.491,85	-11,58	3.360.922,12	-6,94	2.810.922,12	-16,36	2.205.922,12	-21,52
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	334.000,00	0	413.000,00	0	473.000,00	14,53	500.000,00	5,71	550.000,00	10	605.000,00	10

ESPECIFICAÇÃO	2022		2023		2024		2025		2026		2027	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	40.685.699,81	-0,65	40.404.625,15	-0,54	41.445.426,00	2,58	48.076.676,63	16	51.002.357,68	6,09	54.106.078,50	6,09
Receitas Primárias (I)	40.436.029,63	0	40.218.566,92	0	41.251.939,00	2,57	42.255.443,15	2,43	44.826.875,84	6,09	47.554.791,08	6,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	0	-	0	1,00	0	42.192.756,29	0	44.760.374,21	6,09	47.484.242,52	6,09
Transferências Correntes	-	0	-	0	1,00	0	3.971.522,81	0	4.213.207,54	6,09	4.469.600,14	6,09
Demais Receitas Primárias Correntes	-	0	-	0	1,00	0	37.206.670,85	0	39.470.863,36	6,09	41.872.841,21	6,09
Receitas Primárias de Capital	-	0	-	0	1,00	0	1.014.562,64	0	1.076.303,31	6,09	1.141.801,16	6,09
Despesa Total	40.686.699,81	-0,65	40.404.625,15	-0,59	41.445.426,00	2,58	48.076.676,63	16	51.002.357,68	6,09	54.106.078,50	6,09
Despesas Primárias (II)	40.014.072,90	0	39.776.263,75	0	40.786.392,00	2,54	41.313.947,34	1,29	43.828.085,53	6,09	46.495.220,90	6,09
Despesas Primárias Correntes	-	0	-	0	1,00	0	21.311.883,50	0	22.608.806,68	6,09	23.984.653,55	6,09
Pessoal e Encargos Sociais	-	0	-	0	1,00	0	18.351.334,75	0	19.468.095,59	6,09	20.652.816,32	6,09
Outras Despesas Correntes	-	0	-	0	1,00	0	1.650.729,10	0	1.751.183,25	6,09	1.857.751,02	6,09
Despesas Primárias de Capital	-	0	-	0	1,00	0	94.1495,80	0	998.790,31	6,09	1.059.570,18	6,09
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	421.956,73	4,82	442.303,17	4,82	465.547,00	5,26	3.241.377,50	102,2	2.614.418,24	-19,34	1.978.696,17	-24,32
Divida Consolidada Líquida (DCL)	4.858.381,48	-12,83	4.235.209,60	-12,83	3.611.491,85	-14,73	3.241.377,50	-10,25	2.614.418,24	-19,34	1.978.696,17	-24,32
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	360.800,97	0	428.239,70	0	473.000,00	10,45	482.206,58	1,95	511.551,00	6,09	542.681,17	6,09

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.



Município de Catanduvas - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2025

AMF - Anexo II - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023		2022		2021		R\$ 1,00
		%		%		%	
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	112.577.033,11	100,00	93.668.828,78	100,00	87.133.110,77	-	-
TOTAL	112.577.033,11	100,00	93.668.828,78	100,00	87.133.110,77	100,00	100,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	REGIME PREVIDENCIÁRIO					
	2023	%	2022	%	2021	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	5.469.621,86	100,00	(55.700.060,13)	100,00	(54.497.653,00)	100,00
TOTAL	5.469.621,86	100,00	(55.700.060,13)	100,00	(54.497.653,00)	100,00

Município de Catanduvas - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2025

AMF - Anexo II - Demonstrativo V (LRF, art 4º, § 2º, inciso III) R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023 (a)	2022 (b)	2021 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	418.050,08	420.452,67	1.278,81
Alienação de Bens Imóveis	324.000,00	402.900,00	-
Alienação de Bens Intangíveis	83.000,00	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
	11.050,08	17.552,67	1.278,81
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	5.319,00	418.043,28	51.379,34
Inversões Financeiras	5.319,00	418.043,28	51.379,34
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO			
VALOR (III)	(g)=((Ia-Id)+IIh)	(h)=((Ib-Ile)+ IIIi)	(i)=(Ic-IIj)
	365.039,94	(47.691,14)	(50.100,53)

Município de Catanduvas - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 2025

AMF - Anexo II - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
	2021	2022	2023
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	4.352.334,16	7.176.524,68	8.143.937,06
Ativo	1.300.231,11	1.701.682,16	1.979.072,78
Inativo	1.300.231,11	1.700.929,48	1.978.131,03
Pensionista	0,00	752,68	941,75
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	1.368.571,26	1.774.870,61	2.036.662,77
Inativo	1.368.571,26	1.774.870,61	2.036.662,77
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	605.566,96	1.517.113,94	2.227.230,40
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	605.566,96	1.517.113,94	2.227.230,40
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	1.077.964,83	2.182.857,97	1.900.971,11
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	1.077.964,83	2.182.857,97	1.900.971,11
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	4.352.334,16	7.176.524,68	8.143.937,06
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
Benefícios			
Aposentadorias	3.561.996,41	4.770.885,42	5.753.941,71
Pensões por Morte	2.956.247,11	3.978.733,81	4.831.821,28
Outras Despesas Previdenciárias	605.749,30	792.151,61	922.120,43
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	3.561.996,41	4.770.885,42	5.753.941,71
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	790.337,75	2.405.639,26	2.389.995,35
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	2021	2022	2023
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
VALOR	2021	2022	2023
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2021	2022	2023
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	1.044.328,37	2.164.823,09	1.839.576,25
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	0,00	0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	392.990,34	0,00	1,00
Investimentos e Aplicações	14.765.663,34	17.565.089,93	19.955.084,28
Outros Bens e Direitos	1.240.847,25	1.240.847,25	62.413.120,53

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
RECEITAS CORRENTES (VII)	2021	2022	2023
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
	2021	2022	2023
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS			
	2021	2022	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS			
Receitas Correntes	2021	2022	2023
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS			
	2021	2022	2023
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS			
	2021	2022	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
Contribuições dos Servidores	2021	2022	2023
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
	2021	2022	2023
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2024	0,00	0,00	0,00	21.062.685,13
2025	6.903.296,22	4.983.580,40	1.919.715,82	22.982.400,95
2026	7.075.367,73	5.045.692,44	2.029.675,29	25.012.076,24
2027	7.254.336,17	5.129.954,64	2.124.381,53	27.136.457,77
2028	7.429.328,62	5.307.303,75	2.122.024,87	29.258.482,64
2029	7.611.874,65	5.367.481,70	2.244.392,95	31.502.875,59
2030	7.772.338,29	5.772.716,22	1.999.622,07	33.502.497,66
2031	7.925.109,96	6.080.503,30	1.844.606,66	35.347.104,32
2032	8.060.636,26	6.466.347,85	1.594.288,41	36.941.392,73
2033	8.192.970,88	6.588.734,30	1.604.236,58	38.545.629,31
2034	8.330.559,46	6.622.721,63	1.707.837,83	40.253.467,14
2035	8.474.949,80	6.618.114,79	1.858.835,01	42.110.302,15
2036	8.612.138,61	6.776.066,10	1.836.072,51	43.946.374,66
2037	8.753.691,85	6.952.455,50	1.801.236,35	45.747.611,01
2038	8.848.009,66	7.517.242,08	1.330.767,58	47.078.378,59
2039	8.943.487,33	7.728.614,58	1.214.872,75	48.293.251,34
2040	9.040.922,54	7.864.280,55	1.176.641,99	49.469.893,33
2041	9.115.648,22	8.190.174,12	925.474,10	50.395.367,43
2042	9.194.141,63	8.251.694,88	942.446,65	51.337.814,08
2043	9.266.846,16	8.298.504,31	968.341,85	52.306.155,93
2044	9.345.510,80	8.341.356,77	1.004.154,03	53.310.309,96
2045	9.411.009,63	8.568.390,44	842.619,19	54.152.929,15
2046	9.479.514,62	8.843.774,98	635.739,64	54.788.668,79
2047	9.539.971,63	8.942.400,80	597.570,83	55.386.239,62
2048	9.596.753,00	8.931.606,58	665.146,42	56.051.386,04
2049	9.655.560,76	8.878.746,09	776.814,67	56.828.200,71
2050	9.613.622,57	9.686.315,04	-72.692,47	56.755.508,24
2051	9.596.492,34	10.012.744,45	-416.252,11	56.339.256,13
2052	9.598.377,02	9.585.965,21	12.411,81	56.351.667,94
2053	9.533.090,80	10.078.074,47	-544.983,67	55.806.684,27
2054	9.520.800,39	9.534.861,54	-14.061,15	55.792.623,12
2055	9.550.874,20	8.948.941,34	601.932,86	56.394.555,98
2056	9.624.773,48	8.617.740,89	1.007.032,59	57.401.588,57
2057	5.130.594,14	7.975.200,22	-2.844.606,08	54.556.922,49
2058	4.931.477,72	7.692.509,87	-2.761.032,15	51.795.890,34
2059	4.732.331,94	7.205.400,79	-2.473.068,85	49.322.821,49
2060	4.562.449,29	6.545.024,31	-1.982.575,02	47.340.246,47
2061	4.424.356,43	6.138.645,68	-1.714.289,25	45.625.957,22
2062	4.292.321,50	5.671.056,65	-1.378.735,15	44.247.222,07
2063	4.190.413,13	5.442.495,08	-1.252.081,95	42.995.140,12
2064	4.074.813,67	5.214.710,99	-1.139.897,32	41.855.242,80
2065	3.981.230,61	5.029.628,18	-1.048.397,57	40.806.845,23
2066	3.886.042,48	4.816.760,19	-930.717,71	39.876.127,52
2067	3.812.107,69	4.616.726,68	-804.618,99	39.071.508,53
2068	3.754.849,46	4.318.439,46	-563.590,00	38.507.918,53
2069	3.714.387,00	3.781.874,48	-67.487,48	38.440.431,05
2070	3.696.452,25	3.409.254,65	287.197,60	38.727.628,65
2071	3.682.407,02	3.258.075,69	424.331,33	39.151.959,98
2072	3.681.931,45	2.971.470,39	710.461,06	39.862.421,04
2073	3.718.794,11	2.956.724,45	762.069,66	40.624.490,70
2074	3.743.606,48	2.872.402,45	871.204,03	41.495.694,73
2075	3.757.336,85	2.661.309,27	1.096.027,58	42.591.722,31
2076	3.810.308,22	2.839.142,90	971.165,32	43.562.887,63
2077	3.857.913,63	2.783.578,79	1.074.334,84	44.637.222,47
2078	3.899.355,24	2.773.881,38	1.125.473,86	45.762.696,33
2079	3.930.241,69	2.920.386,95	1.009.854,74	46.772.551,07
2080	3.929.879,40	3.172.448,42	757.430,98	47.529.982,05
2081	3.914.087,06	3.520.114,46	393.972,60	47.923.954,65
2082	3.896.542,09	3.924.007,16	-27.465,07	47.896.489,58
2083	3.842.139,67	4.096.278,83	-254.139,16	47.642.350,42
2084	3.784.258,85	4.322.710,32	-538.451,47	47.103.898,95
2085	3.669.158,58	4.487.769,73	-818.611,15	46.285.287,80
2086	3.588.068,22	4.840.631,04	-1.252.562,82	45.032.724,98
2087	3.442.541,93	4.817.005,57	-1.374.463,64	43.658.261,34
2088	3.308.471,77	5.036.383,60	-1.727.911,83	41.930.349,51
2089	3.140.689,18	5.152.330,38	-2.011.641,20	39.918.708,31
2090	2.962.708,27	5.359.049,89	-2.396.341,62	37.522.366,69
2091	2.777.502,58	5.521.983,32	-2.744.480,74	34.777.885,95
2092	2.543.875,78	5.481.585,65	-2.937.709,87	31.840.176,08
2093	2.321.419,60	5.534.025,93	-3.212.606,33	28.627.569,75
2094	2.079.688,25	5.352.182,25	-3.272.494,00	25.355.075,75
2095	1.833.980,13	5.288.159,31	-3.454.179,18	21.900.896,57
2096	1.590.066,97	5.160.957,87	-3.570.890,90	18.330.005,67
2097	1.322.944,87	4.863.672,34	-3.540.727,47	14.789.278,20

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)**

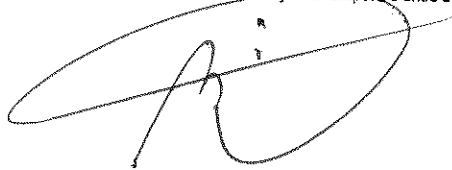
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00

2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).



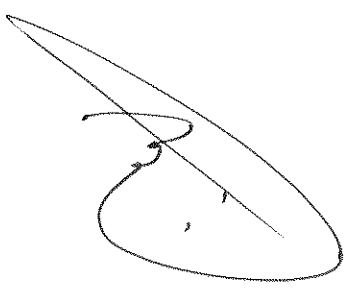
Município de Catanduvas - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENUNCIA DE RECEITA
 2025

AMF - Anexo II - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º § 2º inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2025	2026	2027	
IP TU	Outros benefícios	setor 2 - Contribuintes Geral (Desconto 20% pagamentos a Vista)	50.700,00	54.100,00	59.510,00	SETOR 1: Fundamento Legal Art. 372 Código Tributário Municipal; SETOR 2: Fundamento Legal Código Tributário Municipal.
IP TU	Concessão de isenção caráter não geral	setor 1 - Contribuinte isentos	500,00	500,00	500,00	
TOTAL			51.200,00	54.600,00	60.010,00	

Fonte da Renúncia:

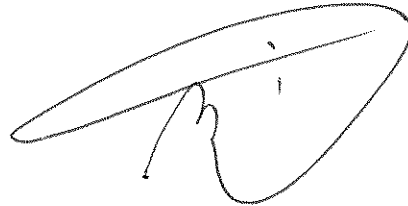
NOTA EXPLICATIVA: Departamento Tributário



Município de Catanduvas - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARATER CONTINUADO
2025

LRF - Anexo II - Demonstrativo VIII, art 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2025



Município de Catanduvas - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF - Anexo III (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	150.000,00	Utilização de dotação prevista no orçamento	150.000,00
Aporte financeiro ao RPPS	1.380.000,00	Utilização de dotação prevista no orçamento	1.380.000,00
SUBTOTAL	1.530.000,00	SUBTOTAL	1.530.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Desastres naturais	300.000,00	Utilização de reserva de contingência prevista no orçamento	300.000,00
Epidemias	140.000,00	Utilização de reserva de contingência prevista no orçamento	140.000,00
Frustração da receita	500.000,00	Limitação de empenhos	500.000,00
SUBTOTAL	940.000,00	SUBTOTAL	940.000,00

TOTAL	2.470.000,00	TOTAL	2.470.000,00
--------------	---------------------	--------------	---------------------

FONTE:
Departamento de Contabilidade
Departamento Jurídico





ANEXO IV

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2025

Quadro Demonstrativo das Obras em Andamento Administração Direta – Posição em Maio de 2024 (Artigo 45, § Único, da Lei Complementar nº 101/2000)

Ordem	Denominação da Obra	Situação da Obra	% Executada	Valor (R\$)	
				Pago	A Pagar
01	CONSTRUÇÃO DE BARRAÇÃO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – CONTRATO 268/2019.	Concluída	100%	809.090,48	104.494,33
02	PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA EM TRECHOS DE VIAS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, COM RECURSOS ORIUNDO DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB – CONTRATO 214/2020	Em andamento	70,60%	510.443,70	212.717,40
03	PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA EM TRECHOS DE VIAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, COM RECURSOS ORIUNDO DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB – CONTRATO 215/2020.	Em andamento	79,51%	1.508.872,79	388.826,42
04	OBRAS DE ALARGAMENTO DE PONTE, EM CONCRETO, SOBRE O RIO NA COMUNIDADE DE PASSO LISO, NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA – CONTRATO 271/2023.	Concluída	100%	63.923,33	10.341,65
05	IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCENDIO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA MAYER – CONTRATO 383/2023.	Em andamento	38,47%	35.859,91	57.361,13
06	IMPLANTAÇÃO DE CALÇAMENTO POLIEDRICO NO LOTEAMENTO URBANO SOCIAL, NA SEDE DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA – CONTRATO 85/2024	Em andamento	0,00%	0,00	433.900,00
ACUMULADO.....				2.928.190,21	1.207.640,93

FONTE: Departamento de Projetos e Engenharia / Secretaria de Planejamento
Nota 1 – Situação das obras apurado em 29/05/2024.

Prefeitura Municipal de Catanduvas - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo V - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 16 Data: 15/05/2024 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas		
	2025		
	Direta	Indireta	Total
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	Receitas Correntes		
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	53.978.906,00	-
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00	Impostos	4.169.272,00	-
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	3.308.300,00	-
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	822.600,00	-
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00	IPTU - Principal	312.600,00	-
1.1.1.2.50.0.2.00.00.00.00	IPTU - Multas/Juros	256.000,00	-
1.1.1.2.50.0.3.00.00.00.00	IPTU - Dívida Ativa	2.600,00	-
1.1.1.2.50.0.4.00.00.00.00	IPTU - D.A. Multas/Juros	36.000,00	-
1.1.1.2.53.0.0.00.00.00.00	Imposto Trans. "Inter Vivos" Bens Imó. Direi. Reais Imóveis	18.000,00	-
1.1.1.2.53.0.1.00.00.00.00	ITBI - Principal	510.000,00	-
1.1.1.3.00.0.0.00.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	510.000,00	-
1.1.1.3.03.0.0.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	977.000,00	-
1.1.1.3.03.1.0.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	977.000,00	-
1.1.1.3.03.1.1.00.00.00.00	IRRF - Trabalho - Principal	941.000,00	-
1.1.1.3.03.4.0.00.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	941.000,00	-
1.1.1.3.03.4.1.00.00.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - Principal	36.000,00	-
1.1.1.4.00.0.0.00.00.00.00	Impostos s/ a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	36.000,00	-
1.1.1.4.51.0.0.00.00.00.00	Impostos sobre Serviços	1.508.700,00	-
1.1.1.4.51.1.0.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.508.700,00	-
1.1.1.4.51.1.1.00.00.00.00	ISSQN - Principal	1.508.700,00	-
1.1.1.4.51.1.2.00.00.00.00	ISSQN - Multas/Juros	1.500.000,00	-
1.1.1.4.51.1.3.00.00.00.00	ISSQN - Dívida Ativa	2.600,00	-
1.1.1.4.51.1.4.00.00.00.00	ISSQN - D.A. Multas/Juros	4.800,00	-
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00.00	Taxas	1.300,00	-
1.1.2.1.00.0.0.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	860.972,00	-
1.1.2.1.01.0.0.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	140.430,00	-
1.1.2.1.01.0.1.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	140.430,00	-
1.1.2.1.01.0.2.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas/Juros	102.030,00	-
1.1.2.1.01.0.3.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	2.600,00	-
1.1.2.1.01.0.4.00.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - DA Multas/Juros	31.000,00	-
1.1.2.2.00.0.0.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	4.800,00	-
1.1.2.2.01.0.0.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	720.542,00	-
1.1.2.2.01.0.1.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	720.542,00	-
1.1.2.2.01.0.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	694.400,00	-
1.1.2.2.01.0.3.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	1.300,00	-
1.1.2.2.01.0.4.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - DA Multas Juros	18.000,00	-
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00	Contribuições	6.842,00	-
1.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00	Contribuições Sociais	2.347.900,00	-
1.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00	Contrib. p/ Regimes Prop. de Prev. e Sist. Proteção Social	1.437.600,00	-
1.2.1.5.01.0.0.00.00.00.00	Contribuição do Servidor Civil	1.437.600,00	-
1.2.1.5.01.1.0.00.00.00.00	Contribuição do Servidor Civil Ativo	1.437.600,00	-
1.2.1.5.01.1.1.00.00.00.00	CPSSS - Servidor Ativo - Principal	1.433.600,00	-
1.2.1.5.01.1.2.00.00.00.00	CPSSS - Servidor Ativo - Multas/Juros	1.430.000,00	-
1.2.1.5.01.2.0.00.00.00.00	CPSSS do Servidor Civil Inativo	3.600,00	-
1.2.1.5.01.2.1.00.00.00.00	CPSSS - Servidor Inativo - Principal	2.000,00	-
1.2.1.5.01.3.0.00.00.00.00	CPSSS - Servidor Civil - Pensionistas	2.000,00	-
1.2.1.5.01.3.1.00.00.00.00	CPSSS - Pensionistas - Principal	2.000,00	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.000,00	-
1.2.4.1.00.0.0.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	910.300,00	-
1.2.4.1.50.0.0.00.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	910.300,00	-
1.2.4.1.50.0.1.00.00.00.00	COSIP - Principal	910.300,00	-
		855.000,00	-

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 16 Data: 15/05/2024 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas		
	2025		
	Direta	Indireta	Total
1.2.4.1.50.0.2.00.00.00.00	COSIP - Multas/Juros		
1.2.4.1.50.0.3.00.00.00.00	COSIP - Dívida Ativa	1.300,00	-
1.2.4.1.50.0.4.00.00.00.00	COSIP - D.A. Multas/Juros	36.000,00	-
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00.00	Receita Patrimonial	18.000,00	-
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00.00	Valores Mobiliários	1.528.437,00	-
1.3.2.1.00.0.0.00.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.528.437,00	-
1.3.2.1.01.0.0.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.528.437,00	-
1.3.2.1.01.0.1.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	208.437,00	-
1.3.2.1.04.0.0.00.00.00.00	Remune. Recursos Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	208.437,00	-
1.3.2.1.04.0.1.00.00.00.00	Remuneração dos Recursos do RPPS - Principal	1.320.000,00	-
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00.00	Receita de Serviços	1.320.000,00	-
1.6.1.0.00.0.0.00.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.300,00	-
1.6.1.1.00.0.0.00.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.300,00	-
1.6.1.1.01.0.0.00.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	19.300,00	-
1.6.1.1.01.0.1.00.00.00.00	Serviços Adminis. e Comerciais Gerais - Principal	1.300,00	-
1.6.1.1.02.0.0.00.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.300,00	-
1.6.1.1.02.0.1.00.00.00.00	Inscrição Concursos e Processos Seletivos - Principal	18.000,00	-
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	Transferências Correntes	18.000,00	-
		45.601.597,00	-

1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Decorrentes Participação na Receita da União	23.057.471,00	- 23.057.471,00
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	20.940.000,00	- 20.940.000,00
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal	20.710.000,00	- 20.710.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal - Principal	19.000.000,00	- 19.000.000,00
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte FPM - Cotas Extraordinárias	19.000.000,00	- 19.000.000,00
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte FPM - Cotas Extraordinárias - Principal	1.710.000,00	- 1.710.000,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.710.000,00	- 1.710.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal	230.000,00	- 230.000,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. das Comp. Financ. p/ Exploração de Recursos Naturais	230.000,00	- 230.000,00
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira Produção de Petróleo	250.000,00	- 250.000,00
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	250.000,00	- 250.000,00
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	250.000,00	- 250.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	250.000,00	- 250.000,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00.00	Transf. de Rec. - SUS - Rep. Fundo/Fundo Bloco Manut. ASPS	771.000,00	- 771.000,00
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Primária	771.000,00	- 771.000,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00.00	Transferência de Rec. do SUS - Atenção Primária - Principal	700.000,00	- 700.000,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	700.000,00	- 700.000,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vig. em Saúde - Principal	71.000,00	- 71.000,00
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. do Fundo Nacional do Desenvolvi. da Educação - FNDE	71.000,00	- 71.000,00
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	750.000,00	- 750.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	450.000,00	- 450.000,00
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00.00	Transf. FNDE Programa Nacional Alimentação Escolar - PNAE	450.000,00	- 450.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00.00	Transf. FNDE - PNAE - Principal	150.000,00	- 150.000,00
1.7.1.4.53.0.0.00.00.00.00.00	Transf. FNDE Progra. Nacional Apoio Trans. Escolar - PNATE	150.000,00	- 150.000,00
1.7.1.4.53.0.1.00.00.00.00.00	Transf. FNDE - PNATE - Principal	150.000,00	- 150.000,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	150.000,00	- 150.000,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00.00	Transf. de Rec. Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	206.471,00	- 206.471,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00.00	Transf. de Rec. Fundo Nac. de Assist. Social - FNAS - Princ.	206.471,00	- 206.471,00
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Recursos da União	206.471,00	- 206.471,00
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00.00	Transferência Obrigatória Decorrente da L.C. nº 176/2020	140.000,00	- 140.000,00
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00.00	Transferência Obrigatória - L.C. nº 176/2020 - Principal	140.000,00	- 140.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidades	140.000,00	- 140.000,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	16.335.676,00	- 16.335.676,00
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	15.904.500,00	- 15.904.500,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	14.000.000,00	- 14.000.000,00

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 16 Data: 15/05/2024 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas		
	2025		Total
	Direta	Indireta	
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.700.000,00	- 1.700.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.700.000,00	- 1.700.000,00
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	180.000,00	- 180.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	180.000,00	- 180.000,00
1.7.2.1.53.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte da Contribui. de Intervenção no Domínio Econômico	24.500,00	- 24.500,00
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte da CIDE - Principal	24.500,00	- 24.500,00
1.7.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Transf. Compensações Financ. pela Expl. de Recursos Naturais	9.600,00	- 9.600,00
1.7.2.2.52.0.0.00.00.00.00.00	Cota-parte Royalties - Comp. Financ. Produção Do Petróleo	9.600,00	- 9.600,00
1.7.2.2.52.0.1.00.00.00.00.00	Cota-parte Royalties - Comp. Financ. Produção Do Petróleo	9.600,00	- 9.600,00
1.7.2.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	72.576,00	- 72.576,00
1.7.2.3.50.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	72.576,00	- 72.576,00
1.7.2.3.50.0.1.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do SUS - Principal	72.576,00	- 72.576,00
1.7.2.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	349.000,00	- 349.000,00
1.7.2.9.51.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	105.000,00	- 105.000,00
1.7.2.9.51.0.1.00.00.00.00.00	Transf. Estados destinadas à Assistência Social - Principal	105.000,00	- 105.000,00
1.7.2.9.52.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos Destinado a Programas de Educação	244.000,00	- 244.000,00
1.7.2.9.52.0.1.00.00.00.00.00	Transferências Rec. Dest. Programas de Educação - Principal	244.000,00	- 244.000,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	6.200.000,00	- 6.200.000,00
1.7.5.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	6.200.000,00	- 6.200.000,00
1.7.5.1.50.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	6.200.000,00	- 6.200.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	6.200.000,00	- 6.200.000,00
1.7.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Demais Transferências Correntes	8.450,00	- 8.450,00
1.7.9.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	8.450,00	- 8.450,00
1.7.9.1.99.0.0.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Pessoas Físicas	8.450,00	- 8.450,00
1.7.9.1.99.0.1.00.00.00.00.00	Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	8.450,00	- 8.450,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	312.400,00	- 312.400,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.500,00	- 3.500,00
1.9.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.500,00	- 3.500,00
1.9.1.1.06.0.0.00.00.00.00.00	Multas por Danos Ambientais	1.100,00	- 1.100,00
1.9.1.1.06.1.0.00.00.00.00.00	Multas Administrativas por Danos Ambientais	1.100,00	- 1.100,00
1.9.1.1.06.1.1.00.00.00.00.00	Multas Adm. por Danos Ambientais - Principal	1.100,00	- 1.100,00
1.9.1.1.09.0.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	2.400,00	- 2.400,00
1.9.1.1.09.0.1.00.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.400,00	- 2.400,00
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	14.300,00	- 14.300,00
1.9.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Indenizações	1.300,00	- 1.300,00
1.9.2.1.01.0.0.00.00.00.00.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	1.300,00	- 1.300,00
1.9.2.1.01.0.1.00.00.00.00.00	Indenizações Danos ao Patrimônio Público - Principal	1.300,00	- 1.300,00
1.9.2.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Restituições	13.000,00	- 13.000,00
1.9.2.2.01.0.0.00.00.00.00.00	Restituição de Convênios	13.000,00	- 13.000,00
1.9.2.2.01.1.0.00.00.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias	13.000,00	- 13.000,00
1.9.2.2.01.1.1.00.00.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	13.000,00	- 13.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes	294.600,00	- 294.600,00
1.9.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	294.600,00	- 294.600,00
1.9.9.9.03.0.0.00.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência	190.000,00	- 190.000,00
1.9.9.9.03.0.1.00.00.00.00.00	Compensações Finan. entre RGPS e RPPS - Principal	190.000,00	- 190.000,00
1.9.9.9.99.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas	104.600,00	- 104.600,00
1.9.9.9.99.2.0.00.00.00.00.00	Out. Receitas Não Arrecad. e Não Proj. p/ RFB - Primárias	104.600,00	- 104.600,00
1.9.9.9.99.2.1.00.00.00.00.00	Out. Rec. Não Arrecad./Proj. p/ RFB - Prim. - Principal	102.000,00	- 102.000,00
1.9.9.9.99.2.3.00.00.00.00.00	Out. Rec. Não Arrecad./Proj. p/ RFB - Prim. - Dívida Ativa	1.300,00	- 1.300,00

1.9.9.9.99.2.4.00.00.00.00.00	Out. Rec. Não Arrecad./Proj. p/ RFB - Prim. - DA Multa/Juros	1.300,00	-	1.300,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias				
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.880.000,00	-	2.880.000,00
7.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições	1.500.000,00	-	1.500.000,00

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 16 Data: 15/05/2024 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas			
	2025		Total	
	Direta	Indireta		
7.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Contribuições Sociais	1.500.000,00	-	1.500.000,00
7.2.1.5.00.0.0.00.00.00.00.00	Contrib. p/ Regimes Prop. de Prev. e Sist. Proteção Social	1.500.000,00	-	1.500.000,00
7.2.1.5.02.0.0.00.00.00.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil	1.500.000,00	-	1.500.000,00
7.2.1.5.02.1.0.00.00.00.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	1.500.000,00	-	1.500.000,00
7.2.1.5.02.1.1.00.00.00.00.00	Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo - Principal	1.500.000,00	-	1.500.000,00
7.9.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.380.000,00	-	1.380.000,00
7.9.9.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Demais Receitas Correntes	1.380.000,00	-	1.380.000,00
7.9.9.9.00.0.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.380.000,00	-	1.380.000,00
7.9.9.9.01.0.0.00.00.00.00.00	Aportes Periódicos p/ Amortização de Déficit Atuarial - RPPS	1.380.000,00	-	1.380.000,00
7.9.9.9.01.0.1.00.00.00.00.00	Aportes Amortização Déficit Atuarial RPPS - Principal	1.380.000,00	-	1.380.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas de Capital	65.000,00	-	65.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens	65.000,00	-	65.000,00
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	65.000,00	-	65.000,00
2.2.1.3.00.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	65.000,00	-	65.000,00
2.2.1.3.01.0.0.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	65.000,00	-	65.000,00
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	65.000,00	-	65.000,00
Total de Receitas		56.923.906,00	-	56.923.906,00
Deduções da receita				
Descontos Concedidos				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes			
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	51.200,00	-	51.200,00
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos	51.200,00	-	51.200,00
1.1.1.2.00.0.0.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio	51.200,00	-	51.200,00
1.1.1.2.50.0.0.00.00.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	51.200,00	-	51.200,00
1.1.1.2.50.0.1.00.00.00.00.00	IPTU - Principal	51.200,00	-	51.200,00
Deduções da receita				
FONDES				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	7.022.000,00	-	7.022.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	7.022.000,00	-	7.022.000,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	3.846.000,00	-	3.846.000,00
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Decorrentes Participação na Receita da União	3.846.000,00	-	3.846.000,00
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	3.800.000,00	-	3.800.000,00
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal	3.800.000,00	-	3.800.000,00
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte FPM - Cota Mensal - Principal	3.800.000,00	-	3.800.000,00
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	46.000,00	-	46.000,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal	46.000,00	-	46.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidades	3.176.000,00	-	3.176.000,00
1.7.2.1.00.0.0.00.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	3.176.000,00	-	3.176.000,00
1.7.2.1.50.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.800.000,00	-	2.800.000,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	2.800.000,00	-	2.800.000,00
1.7.2.1.51.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	340.000,00	-	340.000,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	340.000,00	-	340.000,00
1.7.2.1.52.0.0.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	36.000,00	-	36.000,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	36.000,00	-	36.000,00
Total das Deduções		36.000,00	-	36.000,00
Total Líquido das Receitas		7.073.200,00	-	7.073.200,00
Total Geral		49.850.706,00	-	49.850.706,00